



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Relatório de Atividades n.º 6/2020

Relativo à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho,
elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento
da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

3 de julho de 2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 1753	Proc. n.º 3514
Data: 020/07/07	N.º 1/21



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

RELATÓRIO DE ATIVIDADES N.º 6/2020, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO, ELABORADO AO ABRIGO DO ARTIGO 103.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES.

Capítulo I
INTRODUÇÃO

1. Constituição da Comissão

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é atualmente constituída pelos seguintes deputados:

a) Partido Socialista (PS)

- Graça Silva
- Marta Matos
- Pedro Moura
- Maria Eduarda Pimenta
- José Ávila
- Iasalde Nunes
- João Vasco Costa

b) Partido Social Democrata (PSD)

- Catarina Chamacame Furtado
- Jaime Vieira
- Joaquim Machado (a partir de 16/03/2020)
- Elisa Sousa

c) Partido Popular (CDS-PP)

- Alonso Miguel - participa sem direito a voto

d) Bloco de Esquerda (BE)

- António Lima

e) Partido Comunista Português (PCP)

- João Corvelo - participa sem direito a voto

f) Deputada Independente

- Graça Silveira



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

2. Mesa da Comissão

A Mesa da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho tem a seguinte composição:

Presidente - Graça Silva (PS)

Relatora - Marta Matos (PS)

Secretária - Catarina Chamacame Furtado (PSD)

Capítulo II

PERÍODO DE REFERÊNCIA E REUNIÕES EFETUADAS

O presente relatório respeita ao período compreendido entre os dias 15 de junho e 3 de julho de 2020.

No período em referência, reuniram:

- Subcomissão dia 22 de junho, através do sistema de videoconferência obrigatório.
- Comissão dia 23 de junho, através do sistema de videoconferência obrigatório.
- Comissão dia 30 de junho, através do sistema de videoconferência.

Capítulo III

TRABALHOS REALIZADOS

No período em referência a Comissão procedeu à emissão de Relatório e Parecer sobre:

1. Relatório e Parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 59/XI – “Determina a cessação de vigência de Decretos Legislativos Regionais publicados entre 1997 e 2018”;
2. Relatório e Parecer sobre a Petição n.º 43/XI – “Alteração do Sistema Eleitoral dos Açores”;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

3. Relatório e Parecer sobre o Projeto de Decreto-Lei - Estabelece o regime jurídico aplicável ao comércio de licenças e emissão de gases com efeito de estufa, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2018/410 - MAAC - (Reg. DL 44/XXII/2019);
4. Relatório e Parecer sobre o Projeto de Decreto-Lei - Estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem - MAAC - (Reg. DL 172/XXII/2020);
5. Relatório e Parecer sobre o Projeto de Decreto-Lei - Altera a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição durante o trabalho a agentes cancerígenos ou mutagénicos, transpondo as Diretivas (UE) 2017/2398, 2019/130 e 2019/983 - MTSSS - (Reg. DL 72/XXII/2019);
6. Relatório e Parecer sobre o Projeto de Proposta de Lei - Altera o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca e as prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca, transpondo a Diretiva (UE) 2017/159 - MTSSS - (Reg. PL 58/XXII/2019);
7. Relatório e Parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 18/XI - 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020;
8. Relatório e Parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XI - Sistema de recolha e gestão de informação cadastral;
9. Relatório e Parecer sobre o Projeto de Resolução n.º 159/XI - Recomenda ao Governo Regional a extinção do Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores;
10. Relatório e Parecer sobre o Projeto de Resolução n.º 162/XI - Requalificação do Polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Capítulo IV
TRABALHOS PENDENTES

Estão pendentes, à data do presente relatório, aguardando a conclusão de diligências e a apreciação em Comissão, as seguintes iniciativas:

1. Projeto de Resolução n.º 233/XI – Forte de São João Baptista da Praia Formosa;
2. Projeto de Resolução n.º 186/XI – Impedimento de incentivos que permitam a contratação a prazo;
3. Projeto de Resolução n.º 154/XI – Pelo reforço dos meios da Inspeção Regional do Trabalho e a garantia da eficácia da sua intervenção;
4. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XI – Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2006/A, de 2 de junho;
5. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 48/XI – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A, de 29 de março – Aprova o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA);
6. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XI – Interdita o uso no espaço público de herbicidas cuja substância ativa seja o glifosato;
7. Petição n.º 48/XI – Programa Regressa – Região Autónoma dos Açores;
8. Petição n.º 47/XI – Pelo futuro da Gestão de Resíduos nos Açores;
9. Petição n.º 46/XI - Contra a construção de um túnel de apoio ao Miradouro da Lagoa do Fogo e Controlo de Acesso ao Miradouro e Caldeira;
10. Petição n.º 45/XI - Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de novembro, que declarou a zona da Ponta da Fajã, ilha das Flores, como zona de alto risco;
11. Petição n.º 42/XI – Recuperação da mata ajardinada da Lagoa do Congro e criação de um Parque Botânico;
12. Proposta de Lei 45/XIV (GOV) - Autoriza o Governo a legislar em matéria de trabalho a bordo das embarcações de pesca e da atividade de marítimos a bordo de navios, transpondo as Diretivas (UE) 2017/159 e 2018/131;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

13. Proposta de lei 44/XIV (GOV) - Transpõe a Diretiva (UE) 2018/1808, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, respeitante à oferta de serviços de comunicação social audiovisual;
14. Proposta de Lei n.º 36/XIV (ALRAM) - Comissões de Inquérito das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas - Primeira alteração à Lei n.º 48/2014, de 28 de julho;
15. Proposta de Lei n.º 35/XIV (ALRAM) - Em defesa de audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas - Primeira alteração à Lei n.º 40/96, de 31 de agosto;
16. Proposta de Lei 16/XIV (GOV) - Transpõe a Diretiva (UE) 2018/843, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal;
11. Projeto de Lei 248/XIV (PAN) - Revoga benefícios fiscais atribuídos aos Partidos Políticos, diminui os limites das despesas de campanha eleitoral e reestabelece limites das receitas de angariação de fundos (oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho);
12. Projeto de Lei 241/XIV (BE) - Procede à oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, introduzindo medidas de justiça fiscal e igualdade de tratamento;
13. Projeto de Lei 240/XIV (IL) - Elimina os benefícios fiscais dos partidos políticos e reduz o valor das subvenções públicas (8.ª alteração à Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, Lei n.º 19/2003, de 20 de junho);
14. Projeto de Lei 235/XIV (CDS-PP) - Altera a Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais), eliminando o benefício de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os partidos políticos;
15. Projeto de Lei 253/XIV (PS) - Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses;
16. Projeto de Lei 252/XIV (PEV) - Garante o reforço dos direitos aos trabalhadores por turnos e noturno (Alteração ao Código de Trabalho e à Lei de Trabalho em Funções Públicas).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Pico, 3 de julho de 2020

A Relatora,

A handwritten signature in blue ink that reads 'Marta Ávila de Matos'.

Marta Ávila de Matos

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente,

A handwritten signature in blue ink that reads 'M.ª Graça Silva'.

Maria da Graça Silva